

26 JUL 1996

JORNAL DO BRASIL

Dois anos são um prazo mais que adequado para autoridades, economistas, políticos e a própria sociedade meditarem sobre o futuro do Plano Real. A história ensina que nenhum país venceu a hiperinflação com passe de mágica. A estabilização transcende o mandato de um governo, porque, antes de tudo, é objetivo nacional.

Quanto mais cedo forem aprovadas reformas corajosas no campo fiscal, mais firme será a estabilidade econômica e social, hoje dependente de âncoras monetária e cambial tanto frágeis quanto deletérias em termos de garantia de crescimento econômico e de emprego, num país ainda despreparado para enfrentar a globalização.

O seminário internacional que o Banco Central promoveu esta semana em Brasília sobre as perspectivas da estabilização, com a roupagem de uma discussão aberta sobre o papel do Banco Central no terceiro milênio, deve ser visto mais dentro deste contexto e menos sob a ótica da crítica candente, ou da iminência de interrupção da estabilização.

Nenhum dos economistas presentes ignorava contingências políticas que têm determinado o avanço da estabilização abaixo do sonhado pelos formuladores do Plano Real. O próprio presidente da República — que deu a partida, como ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, para a fase introdutória do Real (com a conversão dos preços pela URV) — tem sustentado que mudanças profundas num país democrático requerem tempo maior

para amadurecimento de convicções em relação às transformações promovidas sob regimes autoritários, ou com participação inexpressiva do Congresso.

É o caso do Chile, país sempre citado na América Latina como paradigma de ajuste fiscal e de reformas liberalizantes na direção da economia de mercado, feitas no governo do general Pinochet. O México, celebrado antes da crise cambial do fim de 1994, que expôs suas mazelas, também não pode ser considerado modelo democrático, uma vez que vive praticamente sob o regime de partido único.

As alfinetadas dos economistas devem ser entendidas como provocações estimulantes para movimentar pensamentos, mudar opiniões e tirar da perigosa inércia a realidade institucional do país. Uma inércia que pode esgotar a capacidade de resistência dos atuais instrumentos de política econômica às ciladas promovidas pelo desajuste crônico das finanças públicas. Tais palavras não podem cair no vazio do economês: seu sentido político precisa ter tradução simultânea. Já.

Enquanto não forem aprovadas pelo Congresso as reformas administrativa, previdenciária e tributária, e empreendido vigoroso esforço conjunto entre a União, os estados e os municípios para o corte sincronizado de seus gastos, com auxílio da privatização de empresas, as perspectivas são de advertências ainda mais ácidas no terceiro aniversário do Plano Real. Se houver.